
As pessoas com síndrome de Down e os estudos em comunicação: o que os Anais da Intercom (não) revelam?¹

Felipe COLLAR BERNI²

Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS

RESUMO

Ao mirar para os Anais da Intercom, busca-se recuperar os trabalhos de outrora que tensionaram as especificidades das pessoas com síndrome de Down, no processo de exercício da *pesquisa-da-pesquisa*. Os levantamentos sinalizam para a ausência de investigações que versam sobre esses(as) sujeitos(as) e um baixo volume de artigos que refletem as particularidades das pessoas com deficiência dentro do GP Comunicação para a Cidadania. São, ainda, discutidos problemáticas, desafios e compromissos para o alargamento da interface mídia e deficiência.

PALAVRAS-CHAVE: síndrome de down; pessoa com deficiência; cidadania comunicativa; pesquisa-da-pesquisa.

Introdução

Os Anais de eventos acadêmicos são, também, espaços de memória que revelam de que forma um determinado tema, assunto, sujeitos(as) foram/são pensados e tensionados por pesquisadores no decorrer do tempo. Nosso movimento surge com o ensejo de compreender *como e a partir de quais ângulos* as pessoas com síndrome de Down (SD) e suas inter-relações com os *meios* foram mobilizados no campo da Comunicação. Ao retomar os trabalhos submetidos aos Grupos de Pesquisa³ nas últimas 27 edições (1994-2021) do Congresso Brasileiro de Ciência da Comunicação (Intercom), oportunizamos mapeá-los e analisá-los visando a construção de um material que contribua no alargamento e consolidação da interface *Mídia e Deficiência* no país.

Esse exercício, de maneira particular, situa-se na caminhada investigativa que intenciona compreender a *cidadania comunicativa down* e as inter-relações que esses sujeitos(as) constroem com os meios de comunicação. Seu estágio encontra-se no

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania, XXII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 45º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutorando em Ciências da Comunicação pela Unisinos, com bolsa financiada pela CAPES. Professor substituto do curso de Jornalismo da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat). Integra o Grupo de Pesquisa Processos comunicacionais: epistemologia, midiatização, mediações e recepção (PROCESSOCOM/Unisinos/CNPq) e a Rede AMLAT. E-mail: felipecollar@gmail.com

³ Anteriormente, também, denominado de Núcleos de Pesquisa.

processo de aproximações sucessivas do objeto-problema, almejando a tecitura de uma pesquisa na *companhia de* pessoas com deficiência, ou seja, posicionando os SD como sujeitos(as) coparticipantes da investigação. A transmetodologia (MALDONADO, 2013), concepção que alicerça nossa caminhada, assume o processo científico como um fazer coletivo, desde as apresentações de demandas investigativas do campo para os sujeitos(as), como dos sujeitos(as) para o campo; de igual modo, na utilização do próprio conhecimento já registrado pelos pares dentro do campo da ciência. O tensionamento constante do nosso objeto-problema passa pelo mergulho e imersão em pesquisas de outrora, a partir de movimentos confluentes de desconstrução, crítica, confrontação e apropriação, projetando encontrar saberes, provocações e lacunas que possam reverberar em nossa ação científica futura. Operação esta, por sua vez, referenciada por Jiani Bonin (2011) como *pesquisa-da-pesquisa*, ou seja, vislumbramos um exercício que contribui para observar avanços teóricos-metodológicos no campo científico e propiciar contato com essas produções, empenhando-se em contemplar e considerar esse caminho já trilhado e o conhecimento refletido ali, buscando “avançar *com e a partir* deles” (BONIN, 2011, p. 32, grifos no original).

Este artigo concentra-se num movimento anterior a *pesquisa-da-pesquisa*, isto é, se materializa como um estágio prévio para o desenvolvimento da dinâmica reflexiva e desconstrutiva que a *pesquisa-da-pesquisa* se propõe, vide a consolidação de um mapeamento sobre o que já se produziu sobre a temática, perspectiva esta que se imbrica na compreensão e consolidação de um *estado da arte*, por exemplo. Para tal, empenhou-se garimpar nos Anais da Intercom⁴ a partir de dois objetivos: a) conhecer as produções, na totalidade dos grupos ou núcleos de pesquisa, que pensaram de forma ampla os sujeitos(as) com síndrome de Down nos produtos comunicacionais e/ou como audiência/público – para isso as palavras-chave “*down*” e “*síndrome de Down*” foram mobilizadas nos mecanismos de busca; b) olhar para dentro do próprio GP Comunicação para a Cidadania no anseio de ampliar nosso movimento, para além dos SD, e pensar as pessoas com deficiências como sujeitos(as) comunicantes, observando como suas demandas, particularidades e experiências foram tensionadas pelo grupo no decorrer dos

⁴ Os anais dos encontros de 2001 em diante contam com domínios próprios listados no site da Associação. Já os registros dos trabalhos apresentados nas edições de 1994 a 2000 podem ser acessados de forma reunida pelo site do Portcom. Disponível em: <https://www.portalintercom.org.br/eventos1/congresso-nacional/apresentacao5> Acesso em: 13 maio 2022.

anos. Para tal, utilizou-se as expressões “*acessibilidade*”, “*peças com deficiência*” e “*deficiência*”. Os resultados desses movimentos serão analisados na *Uma mirada para os Anais da Intercom* e os dados sistematizados são possíveis de serem percebidos na *Tabela 1*.

Pressupostos e ancoragens conceituais

Antes de avançar, por bem, sinalizamos por quais balizas nos valem para assumir as pessoas com síndrome de Down como sujeitos(as) comunicantes e pensar o exercício de sua cidadania comunicativa. Torna-se prudente reivindicar um outro olhar para os sujeitos(as) no processo comunicativo que rompa com a ótica funcionalista e positivista que influenciou e continua influenciando as investigações em comunicação. O reposicionamento do sujeito(a) no processo comunicativo passa, necessariamente, por observar os cidadãos nas suas inter-relações com os *meios*, portanto, torna-se inevitável romper com visões estruturalistas que negligenciem ou minimizem os usos, apropriações e ressignificações que estes fazem dos conteúdos comunicacionais no momento da “recepção”; recepção aqui colocada entre aspas visto que sua compreensão também é objeto desse reposicionamento. Pois bem, reconhecemos que esses momentos não são ordenados ou neutros, pelo contrário, são múltiplos, apresentam conflitos, contradições e complexidades, sendo atravessados por diferentes mediações socioculturais que potencializam a singularidade deste processo.

As pessoas em comunicação, que se inter-relacionam contemporaneamente com os sistemas e os processos midiáticos, produzem sentido de maneira fluída, caótica, estruturada, condicionada, livre, pactuada, enquadrada e subversora. Não obstante essa diversidade, de fato, a maioria dos processos estão em sintonia (e confrontação) com os sistemas e as culturas midiáticas estabelecidas no mundo atual. Os sujeitos em comunicação, hoje, são seres sociais que vivem e experimentam suas práticas de sentido em contextos múltiplos, em diversas esferas [...] e em múltiplas dimensionalidades. (MALDONADO, 2013, p. 90, grifos no original).

Ao posicioná-los como sujeitos(as) comunicantes, somos instigados a compreendê-los como aqueles que estabelecem vínculos com as mídias, situadas no âmbito do processo de mediação. Armand e Michèle Mattelart (2004) contribuem para esse nosso exercício, justamente ao proporem um retorno ao sujeito(a), ou seja, observá-lo como peça-chave no processo comunicativo. Assim, os Mattelart tecem um olhar crítico para os procedimentos de consumo e recepção, mostrando a fragilidade de sua concepção alicerçada no funcionalismo estadunidense dos *meios*, em que eram pensados

de forma separada os polos do emissor e do receptor. Quando trabalhamos, portanto, os usos e apropriações das mídias pelos sujeitos(as) comunicantes, é fundamental adotar uma visão epistemológica de que ao investigar os processos comunicacionais temos de tensionar a comunicação em sua complexidade e multidimensionalismo, ou seja, exercitando um olhar sofisticado que entrelaçam política, economia, cultura, psicologia, história, dentre outros fatores sociais. A problemática da comunicação necessita de uma reflexão transdisciplinar e dialética.

Ao recuperar o entendimento de María Cristina Mata (2006) em relação a cidadania, podemos ver sua íntima ligação com a comunicação. Mata constrói a noção de cidadania comunicativa, que reivindica aos cidadãos o exercício de seus direitos de, assim, participarem e influenciarem o processo comunicativo nos espaços midiáticos. Posicionamos, em vista disso, a cidadania comunicativa levando em consideração suas dimensões sociais e culturais, valores de igualdade e respeito, como elementos indispensáveis para uma experiência cidadã e democrática. Assim, a cidadania comunicativa sinaliza para a participação ativa dos sujeitos(as) a partir do seu lugar de fala nas estratégias de participação e apropriação dos meios de comunicação para expressão de suas culturas, saberes, filosofias, demandas e opiniões. É o reconhecimento da mídia como espaço de visibilidade, de validação e de construção de conotações valorativas. Ao trazer as especificidades das pessoas com deficiência para o debate, assumimos

a Cidadania Comunicativa como um “espaço” em que as PcD, ao mesmo tempo em que exercem o seu direito à comunicação e à informação, fortalecem-se num processo de (re)conhecimento em ações concretas, ao permitir a construção de novas relações com o mundo. (BONITO, 2016, p. 188).

São com essas lentes que assumimos as pessoas com síndrome de Down como sujeitos(as) comunicantes e tensionamos o processo de construção, requisição e exercício de sua cidadania comunicativa.

Estudos de mídia e deficiência: apontamentos para um campo em consolidação

Ao tecer breves comentários em relação a interface mídia e deficiência, podemos, primeiro, observar que estamos em contato com uma agenda de *estudos*, no sentido plural da palavra. São diversas angulações e entradas possíveis de serem manipuladas para investigar as demandas e particularidades das pessoas com deficiência nas suas relações

com os usos, produtos e processos midiáticos e comunicacionais. São estudos, evidentemente, inseridos num contexto social, político e econômico mais amplo, que não podem abrir mão de serem articulados numa perspectiva interdisciplinar, contextual, crítica e multidimensional. É uma aposta, visto que “nem os Estudos da Deficiência, nem os Estudos de Mídia, tem lidado adequadamente com as complexidades da deficiência e da mídia juntas” (ELLCESSOR; HAGOOD; KIRKPATRICK, 2021, p. 14).

Quando falamos em entradas possíveis, podemos listar algumas: as linguagens e discursividades, as representações midiáticas, a acessibilidade comunicativa, a própria cidadania comunicativa, os fazeres comunicacionais populares, comunitários e alternativos, os usos e apropriações das tecnologias e da comunicação, até as práticas de recepção e consumo. Eixos que atravessam uns aos outros, mas que demandam, também, serem assumidos desde os debates particulares de cada tronco da comunicação. Os interesses e reivindicações da publicidade, do jornalismo, das audiovisualidades, por exemplo, contribuem para o alargamento dessas reflexões nessa interface.

Com perspectivas de concretizações, podemos destacar a atuação protagonista de grupos de pesquisa que tem se debruçado a incorporar as problemáticas da pessoa com deficiência nas suas inter-relações com a comunicação em suas processualidades investigativas: GJAC (UFPB), Afetos (UFMG), Processocom (UNISINOS), *t3xto* (UNIPAMPA) e Linguagem e Mídia Acessível (UNESP).⁵ Também, o dossiê temático “*Comunicação, acessibilidade e representação de pessoas com deficiência*”⁶, publicado em 2021 pela Revista Culturas Midiáticas, que reúne textos que versam sobre o que podemos compreender como eixos centrais na constituição desse campo: representações midiáticas, acessibilidade e os processos comunicativos. Ao sinalizarmos esses materiais e espaços de debate, somamos esforços em aglutinar referências que possam ser instrumentos de *start* de futuras investigações, visto a escassez de pesquisas e sua dispersão, como sintomática a ausência de espaços institucionais que repercutem a interface.

Uma mirada para os Anais da Intercom

⁵ A construção desse *corpus* de espaços de referência se deu por dois meios: a partir de um movimento exploratório no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq com as palavras-chave “acessibilidade” e “deficiência” como filtros, em junho de 2019; e na construção de redes de troca e compartilhamento entre pesquisadores(as) comprometidos com a temática.

⁶ Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/cm/issue/view/2727>. Acesso em: 24 jul. 2022.

Ao longo de sua trajetória, a Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação tornou-se espaço de referência para a reflexão, debate, troca e compartilhamento de conhecimentos, práticas e demandas comunicacionais. O acervo de trabalhos apresentados em seus encontros se entrelaça com o próprio desenvolvimento do campo da comunicação no país. Olhar para a materialidade dos Anais da Intercom é conhecer *como, de que forma e a partir de quais angulações* os sujeitos(as), problemáticas, produtos e experiências comunicacionais foram tensionadas por pesquisadores, de quebra, observando avanços, lacunas e estagnações no campo. Nosso exercício parte dessa compreensão e vislumbra conhecer as pesquisas que pensaram as pessoas com síndrome de Down nas suas inter-relações com os *medios* a partir dos mais diferentes prismas.

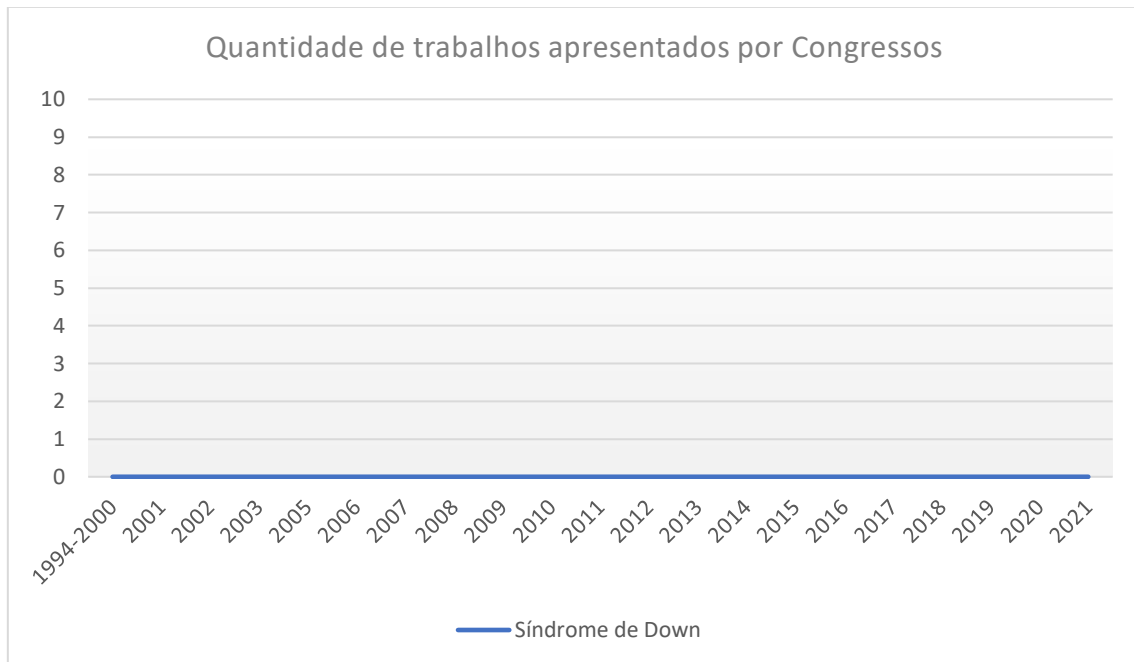
Utilizamos, para tal, o site da entidade como aporte de referência para as buscas. Os Anais dos Congressos de 2001 a 2021 encontram-se disponibilizados de forma individual, em hospedagem própria. Da edição de 2000 a 1994, estão reunidos no *Portcom*. O ano de 1994 marca o teto no acesso digital às produções submetidas e apresentadas nos encontros da Intercom. Temos, portanto, um catálogo que reúne as discussões apresentadas em 27 congressos, que atravessam três décadas, uma virada de milênio e revelam as transformações que a Comunicação se deparou nessa jornada. Para isso, utilizamos de duas palavras-chave como recurso de filtro: a expressão “*down*” e “*síndrome de Down*”⁷. A coleta foi articulada em maio de 2022.

Na oportunidade de apresentar uma materialidade empírica, o Gráfico 1 sinaliza a quantidade numérica de trabalhos apresentados nos congressos nacionais da Intercom nas últimas 26 edições.⁸

⁷ Importante registrar que a partir da edição de 2016, nos repositórios onde encontram os trabalhos, o campo de busca automatizada por palavra-chave não estava mais disponível, como era possível de serem manuseados nas edições que antecederam. Fato que forçou a busca dos Anais de 2017 a 2021 de maneira personalizada de GP por GP.

⁸ Os anais do XXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, realizado na cidade de Porto Alegre, no ano 2004, encontrava-se fora do ar até a data de fechamento deste texto, em 28 de maio de 2022. Portanto, os trabalhos apresentados naquela edição não constituem objetos da nossa reflexão.

Gráfico 1 – Quantidade de trabalhos que retratam pessoas com síndrome de Down apresentados por edição do Congresso



Fonte: O Autor (2022)

Embora ateste a ausência de qualquer pesquisa que faça menção à pessoa com síndrome de Down, o exercício de concretizar numa representação gráfica visa ilustrar uma lacuna e dívida que o campo da comunicação tem para administrar junto a esses sujeitos(as). As implicações desse *não-olhar* para as especificidades, hábitos, inter-relações e fazeres comunicacionais das pessoas com SD serão oportunamente discutidos no tópico seguinte. Busco, aqui, reproduzir a própria processualidade do levantamento que apresentamos neste texto. O espanto de não encontrar nenhum material que voltasse seu interesse para essa problemática acendeu a oportunidade/necessidade de expandir nosso levantamento para compreender como os demais tipos e graus de deficiência foram, no passado, tensionados pelos pesquisadores junto a Intercom.

Uma nova busca foi direcionada, agora e de maneira específica, para o *corpus* de trabalho reunidos no Grupo de Pesquisa *Comunicação para a Cidadania*⁹, que, ao

⁹ Desde sua fundação, o grupo passou por alterações na sua denominação. A obra “Comunicação para a Cidadania: 30 anos em luta e construção coletiva” organizada por Denise Teresinha da Silva, Pablo Nabarrete Bastos, Rozinaldo Antonio Miani e Suelen de Aguiar Silva (2021), torna-se um importante material de registro e reflexão da trajetória do GP.

celebrar três décadas de atuação, se consolida como um dos mais longevos grupos atuantes da entidade e, também, um espaço de reflexão epistemológica que “equaliza os esforços de comunicação de minorias, coletivos, movimentos sociais e grupos populares que buscam projetar politicamente as suas vozes, o direito humano à comunicação, a participação cidadã, a equidade social, de raça e gênero notadamente” (SILVA; BASTOS; MIANI; SILVA, 2021, p. 28). Ou seja, por sua essência, se apresenta como um espaço privilegiado e convidativo para o debate em relação às pessoas com deficiência (PCD) enquanto sujeitos(as) comunicantes e em inter-relações com os *medios*, bem como, para desbravar as problemáticas comunicacionais que este grupo apresenta ao campo.

Nesse novo levantamento, concentrado no acervo do GP Comunicação para a Cidadania, foram utilizadas as palavras-chave: “*acessibilidade*”, “*pessoas com deficiência*”, “*deficiência*”; articuladas como guarda-chuva para encontrar pesquisas que constroem a interface Mídia e Deficiência.

Gráfico 2 – Quantidade de trabalhos que retratam pessoas com deficiência apresentados por edição no GP Comunicação para a Cidadania



Fonte: O Autor (2022)

A partir dessa busca, temos um acervo de 13 trabalhos que se debruçam a pensar as pessoas com deficiência no campo da comunicação, na heterogeneidade de tipos e

graus de deficiência, de abordagens e de veículos/meios. Como exercício de registro e agrupamento, reuníamos os dados na *Tabela 1*.

Tabela 1 – Trabalhos apresentados envolvendo PCD apresentados no GP Comunicação para a Cidadania

Edição	Autoria	Título
UNICAP 2011	Marina M. R. G. da Silva (Icict/Fiocruz)	Entre invisibilidade e movimentos: as pessoas com deficiência na reivindicação do acesso à informação, cidadania e direito à saúde
UFAM 2013	Mariany Schievano Granato (UNESP)	Comunicação Pública e Políticas Públicas: análise do portal eletrônico da Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo
UFRJ 2015	Vivian Maria Corneti de Lima (UFBA)	Ciborgues midiaticizados: valorização e inclusão pelos meios de comunicação
UFRJ 2015	Janaína Pereira Claudio (Unisinos)	A apropriação de cidadania comunicativa surda no Facebook
USP 2016	Denise Teresinha da Silva (Unipampa)	As implicações do uso da fotografia para refletir sobre questões de cidadania
UP 2017	Patricia Carla Gonçalves Salvatori (Cáspcr/USP)	Estudo do processo comunicacional e mobilização digital de entidades associativas em prol do Transtorno do Espectro Autista (TEA)
UP 2017	Vivian Maria Corneti de Lima (UFBA)	Os não-humanos: diferentes perspectivas para pensar a cidadania comunicativa
UFPA 2019	Felipe Collar Berni (UEPG)	Interfaces entre Jornalismo, estudos de recepção e pessoa com deficiência: apontamentos e perspectivas
UFBA 2020	Renata Elias Juliotti (Umesp), Cilene Victor (Umesp)	Do Jornalismo Inclusivo à inclusão do jornalista com deficiência na imprensa brasileira
Unicap 2021	Thais Araujo (UFSC)	Representações sociais e cidadania das pessoas com deficiência na cobertura jornalística do portal G1
Unicap 2021	Felipe Collar Berni (Unisinos)	Sujeitos comunicantes com deficiência intelectual: um estudo sobre usos e apropriações do jornalismo
Unicap 2021	Jamir Osvaldo Kinoshita (USP)	A importância da triangulação teórica na construção da identidade das pessoas com deficiência motora em suas relações de comunicação no mundo do trabalho
Unicap 2021	Renata Elias Juliotti (Umesp), Amanda Ganzarolli (Umesp) e Cilene Victor (Umesp)	A Presença de Refugiados com Deficiência nas Pautas sobre Migração na perspectiva do Jornalismo Inclusivo

Fonte: O Autor (2022)

Analisando as especificidades de cada trabalho, nos deparamos com algumas características que revelam como a interface mídia e deficiência vem sendo construída pelos pesquisadores do GP.

Em relação aos tipos e graus de deficiência, temos um panorama que sinaliza cinco (5) investigações que refletem a categoria “pessoa com deficiência” sem adentrar nas particularidades da própria deficiência; dois (2) trabalhos refletem as deficiências sensoriais (auditiva e visual); mesmo número de artigos que refletem as pessoas tetraplégicas; também, são dois (2) os textos que intencionam a debater os pormenores das pessoas com deficiência intelectual. A deficiência motora e o Transtorno do Espectro Autista fecham o grupo com um (1) trabalho cada. Esse cenário nos convida a algumas reflexões.

A tarefa de construir e ampliar os conhecimentos do campo da comunicação em relação às pessoas com deficiência se revela, ao mesmo tempo, na insistência em agrupar as PCDs numa categoria ampla, como, também, nos recortes específicos em relação a cada tipo ou grau de deficiência. O baixo volume de produções científicas que envolvam as pessoas com deficiência como sujeitos(as) de pesquisa, repercute no esforço de pesquisadores(as) em contribuir com a produção de conhecimento e, também, à cidadania comunicativa de PCDs, agrupando as particularidades desses sujeitos(as) em pesquisas guarda-chuvas que intencionam olhar para o grupo como um todo, justamente, na urgência de pensar, reconhecer e assumir as pessoas com deficiência como *sujeitos(as) em comunicação*. Ao mesmo tempo, nota-se um movimento crescente de investigações que acionam o particular desse grupo. Por exemplo, dos quatro trabalhos registrados no GP na edição de 2021, dois deles debatem a partir da singularidade: deficiência intelectual e deficiência motora; quantitativo maior, por sua vez, ao número de trabalhos reunidos desde as especificidades da deficiência dos quatro primeiros encontros do *GP de Comunicação para a cidadania* que receberam reflexões. Questões que se entrecruzam na consolidação da interface.

No que diz respeito ao conteúdo,¹⁰ preocupações referentes a cidadania são majoritárias, ao todo, oito (8) trabalhos versam diretamente sobre o conceito mediador do GP. Na sequência aparecem as reflexões referente a acessibilidade, são cinco (5) no total, que pensam desde o acesso à informação até mesmo a recursos e práticas que garantem a

¹⁰ Reitera-se que um mesmo trabalho pode contemplar mais de uma categoria aqui articulada.

participação, uso e inter-relação autônoma e livre do sujeito(a) aos meios de comunicação, sendo trabalhos que contribuem para o exercício da cidadania comunicativa e da garantia do direito humano à comunicação da pessoa com deficiência. O debate teórico-metodológico da pesquisa aparece como centrais em três (3) textos: a interface jornalismo, recepção e pessoa com deficiência intelectual é debatido em Collar Berni (2019; 2021); já Kinoshita (2021) repercute a triangulação teórica para investigar a identidade das PCDs motora no mercado de trabalho. Outros quatro (4) trabalhos podem ser agrupados na categoria representação/representatividade/visibilidade/invisibilidade, ao debater a inclusão e estigmatização via em produtos e práticas comunicacionais (LIMA, 2015; SILVA, 2016; ARAUJO, 2021; JULIOTTI, GANZAROLLI, VICTOR, 2021). O debate particular sobre inclusão e carreiras mobiliza o trabalho de Juliotti e Victor (2020) ao pensar a inserção do jornalista deficiente nas empresas de comunicação. Há ainda alusões a categorias como mobilização digital (1), usos e recepção do jornalismo (1), mercado de trabalho (1) e redes sociais (1).

Antes de refletir o que já foi compartilhado pelos pares, nossos esforços concentram-se na direção de tensionar as problemáticas envolvendo a interface mídia e deficiência a partir da sua penetrabilidade, ainda tímida, nos objetos de pesquisas do campo da comunicação e vislumbrar possibilidades para o alargamento dos saberes comunicacionais em relação às pessoas com deficiência e suas inter-relações com os *medios*.

Reflexões que não se esgotam

Esta reflexão surge no contexto do mapeamento de investigações que compartilhavam os mesmos sujeitos(as) comunicantes que a nossa pesquisa: as pessoas com síndrome de Down. A intenção era constituir um *corpus* de trabalhos que seriam objetos de tensionamentos no exercício da *pesquisa-da-pesquisa* (BONIN, 2011), justamente num processo de desconstrução, reformulação e amadurecimento da nossa problemática de pesquisa, que por hora, intenciona em compreender a *cidadania comunicativa down*, a partir dos usos do jornalismo na concretude dos seus cotidianos. Ao nos depararmos com a ausência de trabalhos que mobilizem as especificidades dos sujeitos(as) que coparticipam da nossa investigação, também, na escassez de bibliografias que contribuem com conhecimentos referente as inter-relações de PCDs com os meios e

produtos de comunicação, oportunizou-se refletir criticamente esse panorama que nos é vivenciado.

O campo científico imerso e atravessado por um contexto social mais amplo, conseqüentemente, repercute as estruturas de opressão, silenciamento e descarte daquilo que se constituiu como corpo deficiente. A quem e por quê interessa afastar as pessoas com deficiência dos estudos em comunicação? Estariam os pesquisadores(as) inclinados às demandas do mercado e concentrados em compreender as mudanças tecno-culturais projetadas pelas novas tecnologias? O produtivismo acadêmico estaria revestido com a lente capitalista, priorizando responder aos anseios dos grupos sociais hegemônicos e majoritários? Evidente que são questões que mobilizam toda uma estrutura social que qualquer tentativa de respostas rápidas serão efêmeras e não darão conta da complexidade do fato. Um paralelo que pode nos ajudar a refletir vem justamente do mercado de trabalho. Quando questionadas sobre a ausência de produções acessíveis às especificidades das pessoas com deficiência, as empresas jornalísticas, por exemplo, justificam o custo para produzir para tão poucos usuários/audiência/leitores.¹¹ Será, também, um sintoma do campo científico da comunicação?

Outra provocação, as crises enfrentadas pelo jornalismo, não seriam, dentre outros fatores, impulsionados pelo desconhecimento para com seus públicos? Graziela Bianchi (2019) tensiona que a compreensão das audiências enquanto números pelo jornalismo tenha corroborado para diferentes crises que experienciamos, à exemplo, de credibilidade, centralidade e financeira. Observando desde a recepção, para além de pensar a produção de sentidos, significados e usos a partir de múltiplas mediações que se entrelaçam, as PCDs acionam uma outra mediação particular que vai atravessar suas relações e receptividade que é a própria deficiência e suas demandas de acesso. Desconhecer suas particularidades é categorizá-los como abjetos.

Podemos continuar refletindo sobre esse contexto por outro prisma: desde a deficiência das Escolas de Comunicação. A falta de produções acessíveis em redações jornalísticas, por exemplo, é sintomática à falta de formação qualificada para manusear as técnicas e os recursos de acessibilidade. Letícia Beilfuss (2016), ao investigar as rotinas produtivas do Grupo RBS, atesta que a falta de acessibilidade comunicativa nas

¹¹ Apesar do último Censo Demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 2010, apontar que 24% da população brasileira possuem algum tipo ou grau de deficiência.

produções do grupo está, também, intrinsecamente ligada com a ignorância dos profissionais em relação às demandas das pessoas com deficiência, ou seja, a própria formação acadêmica não prepara, estimula ou reflete sobre as particularidades das PCDs. Não temos sistematizado um dado que reúne e aponte a quantidade de Instituições de Ensino Superior que tratam em seus currículos a relação *comunicação, acessibilidade e pessoas com deficiência*. Essa ausência corrobora com a compreensão de uma postura desatenta e desinteressada que o campo destina para essa prática. Ao olhar para estudos que se debruçam sobre as estruturas curriculares de formação de jornalistas e buscar menções que apontem para a acessibilidade comunicativa, compreendemos essa lacuna.¹² Desconhecimento que reflete, por consequência, na pós-graduação e no campo científico.

Falta pessoal para alargar as pesquisas envolvendo mídia e deficiência. Observamos que muitos dos pesquisadores que se debruçam a investigar as pessoas com deficiência no campo da comunicação o fazem motivados por particularidades pessoais, seja por serem pessoas com deficiência ou, especialmente, pela vivência com PCD no núcleo familiar, assim, para almejarmos um fortalecimento dos conhecimentos em relação a essa interface, precisamos deslocar as motivações exclusivamente do âmbito do interesse e posicionar enquanto demanda social, tais como tantas outras que se apresentam ao campo.

Compromissados com a defesa da comunicação na qualidade de direito humano e das cidadanias comunicativas de PCDs, uma aposta é a processualidade transmetodológica de *pesquisar-junto*¹³ de pessoas com deficiência. Nessa caminhada é elementar que se tenha como premissa o modelo biopsicossocial, que compreende a deficiência como a interação entre impedimentos de natureza física e barreiras culturais e psicossociais. De forma histórica, comunicacional e científica, as PCD têm o direito de voz e participação social minimizados, tutelados e/ou renegados. Assim, ao assumir esses sujeitos(as) como coparticipantes do percurso investigativo, estamos reportando às epistemologias do Sul (SANTOS, 2020), ao reconhecer a palavra desses sujeitos(as)

¹² A *Carta de Teresina*, publicada pela Associação Brasileira de Ensino de Jornalismo (ABEJ) ao final do 21º Encontro Nacional de Ensino de Jornalismo, organizado pela Universidade Federal do Piauí em abril de 2022, versa, também, sobre a problemática da acessibilidade no ensino e na prática jornalística e propõe: “Desenvolver ações de sensibilização de professores e instituições e difundir técnicas no sentido de promover a inclusão e a acessibilidade, considerando a diversidade dos alunos de jornalismo”. Disponível em: <https://abejor.org.br/carta-de-teresina/>. Acesso em: 23 jul. 2022.

¹³ Compreensão em construção caminha do processo de doutoramento.

comunicantes com deficiência como conhecimento válido, sem a necessidade da confirmação por terceiros. A questão de “falar pelo outro”, especialmente numa relação entre pessoas *sem* deficiência pesquisando pessoas *com* deficiência, interpela o processo de construção da pesquisa. O desafio de reunir compreensões que posicionam a pesquisa como um ato coletivo, que se dá na relação *pesquisador-sujeito(a) coparticipante* (MALDONADO, 2013), nos remete à reflexão de Linda Alcoff (2020) quando entende a fala enquanto um ato de enunciar sujeitos(as) e de nomear realidades. Alcoff, por sua vez, se opõe a premissa do falar por, sinalizando que “quem fala por outros/as deve fazê-lo apenas a partir de uma análise concreta das relações de poder particulares e dos efeitos discursivos envolvidos” (2020, p. 430), e estimula, portanto, as condições para o diálogo e a prática de *falar com*. Ao *pesquisar-junto* de pessoas com deficiência devemos antes subverter as hierarquias de fala e de produção de conhecimento, oportunizando afirmar a coparticipação dos sujeitos(as) no processo da pesquisa e nos esforçando em criar condições para o diálogo e para o exercício de falar com e para, rechaçando o modelo positivista-eurocêntrico-ocidental-colonial de falar pelos outros.

São reflexões que não se esgotam aqui, tampouco tem pretensões de elucidar e tocar todas as problemáticas que envolvam a interface mídia e deficiência. O que os Anais da Intercom não revelam sobre as pessoas com síndrome de Down como sujeitos(as) comunicantes, nos provoca a desbravar.

REFERÊNCIAS

ALCOFF, Linda. O problema de falar por outras pessoas. **Abatirá - Revista de Ciências Humanas e Linguagens**, Eunápolis, v. 1, n. 1, p. 409-438, 2020. Tradução: Vinícius Rodrigues Costa da Silva Silva, Hilário Mariano dos Santos Zeferino, Ana Carolina Correia Santos das Chagas.

ARAUJO, Thais. Representações sociais e cidadania das pessoas com deficiência na cobertura jornalística do portal G1. **Anais do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, Universidade Católica de Pernambuco, 4 a 9 de setembro de 2021.

BEILFUSS, Letícia Paola. **Acessibilidade Comunicativa na práxis jornalística cotidiana**. 2016. TCC (Graduação) - Curso de Comunicação Social - Jornalismo, Universidade Federal do Pampa, São Borja, 2016.

BIANCHI, Graziela Soares. Recepção jornalística: relações e perspectivas. **Revista Observatório**, Palmas, v. 5, n. 3, p. 317-334, 2019.

BONIN, Jiani Adriana. Revisitando os bastidores da pesquisa: práticas metodológicas na construção de um projeto de investigação. In: MALDONADO, Alberto Efendy et al (Org.). **Metodologias de pesquisa em comunicação: olhares, trilhas e processos**. Porto Alegre: Sulina, 2011, p. 17-40.

BONITO, Marco. A problematização da acessibilidade comunicativa como característica conceitual do jornalismo digital. **Âncora – Revista Latino-Americana de Jornalismo**, João Pessoa, v. 3, n. 1, p. 175-193, 2016.

COLLAR BERNI, Felipe. Interfaces entre Jornalismo, estudos de recepção e pessoa com deficiência: apontamentos e perspectivas. **Anais do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, Universidade Federal do Pará, 2 a 7 de setembro de 2019.

COLLAR BERNI, Felipe. Sujeitos comunicantes com deficiência intelectual: um estudo sobre usos e apropriações do jornalismo. **Anais do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, Universidade Católica de Pernambuco, 4 a 9 de setembro de 2021.

ELLCESSOR, Elizabeth; HAGOOD, Mack; KIRKPATRICK, Bill. Rumo a um campo de Estudos de Mídia e Deficiência. **Revista Culturais Midiáticas**, João Pessoa, v. 15, p. 6-37, 2021.

JULIOTTI, Renata Elias; VICTOR, Cilene. Do Jornalismo Inclusivo à inclusão do jornalista com deficiência na imprensa brasileira. **Anais do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, Universidade Federal da Bahia, 1º a 10 de setembro de 2020.

JULIOTTI, Renata Elias; GANZAROLLI, Amanda; VICTOR, Cilene. A Presença de Refugiados com Deficiência nas Pautas sobre Migração na perspectiva do Jornalismo Inclusivo. **Anais do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, Universidade Católica de Pernambuco, 4 a 9 de setembro de 2021.

KINOSHITA, Jamir Osvaldo. A importância da triangulação teórica na construção da identidade das pessoas com deficiência motora em suas relações de comunicação no mundo do trabalho. **Anais do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, Universidade Católica de Pernambuco, 4 a 9 de setembro de 2021.

LIMA, Vivian Maria Corneti de. Ciborgues midiáticos: valorização e inclusão pelos meios de comunicação. **Anais do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 4 a 7 de setembro de 2015.

MALDONADO, A. Efendy. A perspectiva transmetodológica na conjuntura de mudança civilizadora em inícios do século XXI. In: MALDONADO, Alberto Efendy; BONIN, Jiani Adriana; ROSÁRIO, Nísia Martins do (Org.). **Perspectivas metodológicas em comunicação: novos desafios na prática investigativa**. Salamanca-Espanha: Comunicación Social Ediciones y Publicaciones, 2013, p. 31-57.

MATA, María Cristina. Comunicación y ciudadanía: problemas teórico-políticos de su articulación. **Fronteiras – Estudos Midiáticos**, São Leopoldo, v. 8, n. 1, pp. 5-15, 2006.

MATTELART, Armand; MATTELART, Michèle. **Pensar as mídias**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

SILVA, Denise Teresinha da; BASTOS, Pablo Nabarrete; MIANI, Rozinaldo Antonio; SILVA, Suelen de Aguiar (org.). **Comunicação para a Cidadania: 30 anos em luta e construção coletiva**. São Paulo: Intercom e Gênio Editorial, 2021.

SILVA, Denise Teresinha da. As implicações do uso da fotografia para refletir sobre questões de cidadania. **Anais do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, Universidade de São Paulo, 5 a 9 de setembro de 2016.